

A INVASÃO AUSTRALIANO-HOLANDESA DE TIMOR (1941)

2.^a Parte

Na manhã de 17 de Dezembro, pelas 07.15, apareceu o cônsul britânico, David Ross, vindo procurar o governador português na sua residência. Vinha informá-lo de que, cerca das 8 horas, seria procurado por dois oficiais superiores, um australiano e um holandês, para entabularem conversações. À hora prevista, o cônsul e os dois oficiais apresentaram-se no gabinete do governador. Sigamos, a partir daqui, o relato do governador português:

Sem quaisquer preâmbulos, o oficial australiano, tenente-coronel W. Zeggaff, disse que, segundo instruções que os comandos australiano e holandês de Kupang¹ tinham recebido dos respectivos governos, as forças australianas e holandesas deviam dar auxílio militar ao governo da colónia portuguesa de Timor quando este o pedisse para defesa do seu território ameaçado pelos Japoneses, devendo, segundo as mesmas instruções, o Governo das Índias Neerlandesas, quando considerasse que havia perigo iminente de qualquer acção hostil das tropas japonesas contra território português, avisar desse facto o governador da colónia, o qual, em face desse aviso, pediria o auxílio que lhe seria imediatamente prestado.

Da explanação destas instruções conclui-se sem dificuldade que, apesar da oposição de Anthony Eden, Ministro dos Negócios Estrangeiros, a ideia de uma acção preventiva se mantivera e, embora rodeada de algumas cortesias, era mesmo para levar por diante. Depois de exposto o teor das instruções que haviam recebido, o tenente-coronel prosseguiu a sua entrevista com o governador Ferreira de Carvalho, nos seguintes termos:

Acrescentou que esse perigo iminente existia nesse momento, visto que tinham sido assinalados nas proximidades de Timor vários submarinos japoneses e que, nessas condições, eles vinham com a missão de me avisar disso, a fim de que eu imediatamente solicitasse o auxílio ajustado, que me seria prestado logo.²

Ferreira de Carvalho respondeu, de acordo com as instruções recebidas de Lisboa, que o auxílio negociado só seria pedido depois de agressão efectiva da parte dos Japoneses e nunca por ameaças de perigo iminente dessa agressão se concretizar. O oficial australiano replicou – e, neste caso, com inteira razão do ponto de vista militar – que solicitar o auxílio depois do ataque desencadeado seria demasiado tarde para ter sucesso. E, como nunca haviam admitido que a resposta do governador português condicionasse o que quer que fosse, esclareceu prontamente «que, de resto, as tropas que deviam prestar-nos auxílio estavam já próximo de Díli e tinham de desembarcar, pois eram essas as instruções que tinham».³

Seguiu-se uma intensa discussão, em que o oficial australiano foi acentuando a sua agressividade verbal e manifesta grosseria, enquanto o oficial holandês se mantinha contido e cortês. Para rematar a conversa, o tenente-coronel Zeggaff declarou que as tropas estavam a chegar e tinham mesmo de desembarcar, «pois isso era indispensável para garantir a defesa e segurança não só do nosso território como das suas próprias forças».⁴

Ferreira de Carvalho, percebendo que o diálogo resvalara para o ultimato, exigiu que o mesmo fosse entregue por escrito, de modo a possibilitar uma sua resposta igualmente por escrito.

¹ Cidade capital da metade holandesa de Timor.

² CARVALHO, Manuel A. F., *Relatório dos Acontecimentos de Timor (1942-1945)*, p. 102.

³ *Ibidem*, p. 102.

⁴ *Ibidem*, p. 103.

O documento, ditado pelo tenente-coronel Zeggaff e dactilografado pelo cônsul Ross, foi entregue ao governador português às 09.20 de 17 de Dezembro. Escrito em língua inglesa, dizia o seguinte:

Exmo. Governador de Timor português – As instruções que nos foram transmitidas pelo Governador-Geral das Índias Orientais Neerlandesas, emitidas em concordância com o Governo da Austrália, são no sentido de prestarmos auxílio militar ao Governo de Timor português quando solicitado, e também que, quando o Governo das Índias Orientais Neerlandesas considerar que o perigo de uma acção hostil por parte do Japão contra Timor português está iminente, o Governo de Timor português será informado em conformidade e pedirá auxílio conforme acima descrito.

Considera-se, neste momento, que é necessária uma acção urgente das tropas holandesas e australianas e que estas tropas desembarquem imediatamente para auxiliar na defesa de Timor português.

De acordo com as nossas instruções, essas tropas vão ser enviadas imediatamente.

Pedimos que aceitem o auxílio dessas forças.

W. Watt Zeggaff, tenente-coronel, comandante das forças australianas em Timor, e *J. Weltiger*, tenente-coronel, comandante das forças holandesas em Timor.⁵

Depois de uma breve reunião com os principais oficiais presentes na colónia, Ferreira de Carvalho conclui que não há condições para oferecer qualquer resistência. Enquanto decorrem as conversações e até à consumação do desembarque, aviões de bombardeamento e caça da força aérea holandesa vão sobrevoando Díli e outras partes da colónia portuguesa. Chega, entretanto, um telegrama de Lisboa. O governador português admite que nele venham novas instruções e pede mais tempo de espera aos dois oficiais estrangeiros, a fim de permitir que o telegrama seja decifrado. É acordado que esperam até às 10.45.

Uma vez decifrado, verifica-se que o telegrama fora emitido pelo Subsecretário das Colónias e é do seguinte teor:

Sou informado Governo Inglês que V. Ex.^a vai ser convidado conferência amanhã 7 horas com autoridades militares holandesas e australianas. Por suspeitarem perigo derivado presença submarinos proximidades ilha aquelas autoridades teriam já mandado seguir direcção Díli forças para desembarque. Suponho V. Ex.^a terá já recebido minhas instruções que confirmo e não permitem receber auxílios senão em caso ataque efectivo japonês e de modo nenhum sob pretexto ameaças ou perigos. Esta atitude tem de ser irredutível. Governo Inglês avisado de que não cedemos nesse ponto. Temos defender nossa neutralidade contra quem procure violá-la. – *Subsecretário*.⁶

Trata-se, na realidade, da confirmação de instruções anteriores, pelo que o problema em nada muda de figura. Ciente da inutilidade de qualquer gesto de resistência, mesmo simbólica, Ferreira de Carvalho redige a seguinte resposta ao ultimato australiano-holandês:

Aos Ex.^{mos} Srs. tenente-coronel comandante das forças australianas em Timor e tenente-coronel comandante das forças holandesas em Timor. – Em resposta à comunicação que V. Ex.^{as} me fizeram hoje às 9 horas e 20 minutos a.m., pedindo para aceitar o auxílio das forças australianas e holandesas que devem ser mandadas imediatamente para o território desta colónia, tenho a honra de comunicar a V. Ex.^{as} que não posso aceitar esse auxílio, conforme instruções do meu Governo em Portugal, visto que a nossa posição perante o conflito é de neutralidade e não se deu nenhuma agressão ao nosso território, única hipótese em que o Governo de Portugal aceitaria o auxílio de forças australianas e holandesas para a defesa do território da colónia.

⁵ *Ibidem*, pp. 103-104.

⁶ *Ibidem*, p. 106.

Segundo informação já recebida do meu Governo, ao Governo de Sua Majestade Britânica foi já feita comunicação nesse sentido.

Nestas condições, qualquer desembarque de forças será tomado como uma violação à neutralidade do País. – A bem da Nação. – Residência do Governo da Colónia de Timor, em Díli, 17 de Dezembro de 1941. – O Governador, assinado e dactilografado, *Manuel de Abreu Ferreira de Carvalho*.⁷

Entregue o documento aos dois oficiais, depois de traduzido para inglês, ambos o lêem, após o que declaram que, antes do desembarque, virá a terra um parlamentar. Seguidamente, retiram-se na companhia do cônsul Ross, embarcando no navio que os trouxera a Díli. Às 11 horas locais, o governador expede para Lisboa o seguinte telegrama:

Recebi ultimato autorizar sob pretexto auxílio desembarque imediato forças respondi não autorizar termos instruções recebidas. Colónia deve ser imediatamente atacada navios aviões à vista impossível resistir.⁸

Também é informado o cônsul do Japão, sendo-lhe asseverado que o desembarque era feito sem a concordância do governo português.

Pouco depois das 12 horas, é já visível um desembarque de tropas na costa timorense, a oeste de Díli. Às 13 horas, dois navios aproximam-se do porto de Díli, e, cerca de meia hora depois, arriam embarcações nas quais transportam para terra as primeiras tropas holandesas. Por essa altura, o governador português decide retirar-se para a sua residência, em Lahane, levando consigo a principal documentação classificada e o pessoal do seu gabinete. Pouco depois de ali chegar, é procurado pelo tenente-coronel Van Stratten, comandante das forças holandesas desembarcadas, o qual manifesta a sua convicção de que se estará perante um mal-entendido, pois tivera a oportunidade de ver com os seus próprios olhos, em Batávia, o telegrama do governo holandês sediado em Londres para o governo das Índias Neerlandesas, no qual se referia que o governo de Lisboa havia concordado em receber o auxílio militar que estavam a prestar. O oficial holandês informa Ferreira de Carvalho de que as tropas desembarcadas não vão interferir na administração da colónia e que as comunicações telegráficas com o exterior podem prosseguir normalmente no que ao governo da colónia diz respeito, apenas se suspendendo as de carácter particular, como medida de segurança.

Ao tomar conhecimento do telegrama do governador de Timor, comunicando o desembarque das tropas holandesas e australianas, Salazar percebe, então, que de pouco lhe serve ter por si a razão e o direito. Resta-lhe vincar, pela via diplomática, o profundo descontentamento pela ofensa que, num contexto de aliança, assim se consumara.

Mas também é verdade que Salazar se desviara do rumo que o próprio havia traçado, com aparente clarividência, num discurso proferido, em 21 de Fevereiro de 1936, numa das salas de S. Bento, a propósito, justamente, da política de defesa que urgia seguir, num mundo cada vez mais próximo de novo conflito de grandes dimensões. Nessa ocasião, a sua preocupação dirigia-se, em especial, para a preservação dos territórios ultramarinos:

A questão colonial está na ordem do dia: os homens que lhe dedicam os seus estudos ou se sentem dominados pelas grandes preocupações ligadas aos domínios coloniais estão lançando com as suas ideias ou propostas a intranquilidade no seio de várias nações. [...]

No meio do desassossego geral, é, no entanto, bem provável que venha a haver campanhas de imprensa, discursos ameaçadores, longos artigos de jornais ou de revistas e depois disso é também provável que não haja mais nada. De contrário ou se trata de fórmulas jurídicas e é

⁷ *Ibidem*, p. 107.

⁸ *Ibidem*, p. 108.

preciso ter razão, ou se trata de outras e **é preciso ter força**. Esperemos que uma e outra não nos faltem no momento preciso.⁹

Estava à vista que razão havia, mas que não se cuidara da força. E que força seria necessária, quando se viam chegar tropas estrangeiras de efectivos tão modestos? Na expressão dessa razão, Teixeira de Sampaio, na entrevista com Campbell no próprio dia do desembarque, de acordo com o relato que o embaixador envia para Londres, faz-lhe ver a contradição em que haviam caído, afirmando que «nós estávamos a combater esta guerra para pôr fim, precisamente, ao tipo de acção a que tínhamos recorrido».¹⁰

Chamando Campbell à sua presença, Salazar – no relato do próprio embaixador – expressa o seu desejo de uma explicação da parte do governo de Londres acerca das circunstâncias em que se tinha dado a violação do território português:

Foram os comandantes locais que decidiram agir por conta própria?¹¹ Tratou-se de um acto forçado pelos governos holandês e da Commonwealth, ou o Governo de Sua Majestade foi um completo e deliberado participante, depois de pesar as implicações e as graves consequências que para o seu aliado podem seguir-se?¹²

Campbell, no relato desta conversa que enviou por telegrama para o *Foreign Office*, não esconde o ambiente tenso em que a mesma tem lugar. Salazar diz-lhe, secamente, que não precisa de o reter por mais tempo, forma diplomática de dar por findo o encontro. Visivelmente embaraçado, o embaixador britânico ainda procura defender a atitude tomada em Timor com a ameaça iminente de uma acção japonesa na ilha. De nada lhe serve a argumentação, porque, como reportou para Londres, «o Dr. Salazar disse que não pondo em causa o que eu tinha dito, isso não altera o facto de termos violado território português, numa altura em que ele apenas autorizara a realização de contactos». E, no final do telegrama, promete para breve sugestões «para ultrapassar esta lamentável situação, a qual prejudica a aliança porque, como o Dr. Salazar sublinhou, tinha sido ofendido o seu sentido de sério relacionamento.»¹³

Para o embaixador em Londres, Armindo Monteiro, são transmitidos relatos das conversações com Campbell e dadas instruções para dirigir ao *Foreign Office* as mesmas perguntas feitas por Salazar ao embaixador britânico. É recebido, em 18 de Dezembro, pelo Subsecretário Orme Sargent, fazendo entrega de um documento com as referidas perguntas. O Subsecretário logo manifesta o desapontamento pela posição de Portugal, o qual, nas angustiosas circunstâncias em curso, recusara à Grã-Bretanha o pouco que lhe fora pedido. Monteiro replica que o problema da defesa da Grã-Bretanha nunca tinha sido colocado, mas unicamente o da defesa de Timor. Depois de uma longa discussão, sempre em tom de mútua e acesa recriminação, Monteiro insiste na resposta às perguntas formuladas pelo governo de Lisboa, obtendo como resposta que tal seria difícil, uma vez que «em matéria de decisões militares as responsabilidades se diluíam sempre por vários».¹⁴

Nos dias que se seguem, Armindo Monteiro e Campbell procuram, cada um dentro das suas possibilidades, aconselhar os respectivos governos a um esforço de contenção e mútua compreensão, de modo a formular um entendimento que suavize a crispação resultante do desembarque aliado em Timor.

Em 19 de Dezembro, o *War Cabinet* aprecia a questão de Timor. Do registo dessa reunião, resulta especialmente significativa a seguinte passagem da intervenção do Lorde Presidente, Sir John Anderson:

⁹ SALAZAR, *Discursos e Notas Políticas*, Vol. II, pp. 116-118. Sublinhado nosso.

¹⁰ MOTTA, C. Teixeira da, *O caso de Timor na II Guerra Mundial*, p. 45.

¹¹ No original inglês: *Had the local commanders taken the law into their own hands?*

¹² MOTTA, C. Teixeira da, *Idem*, p. 48.

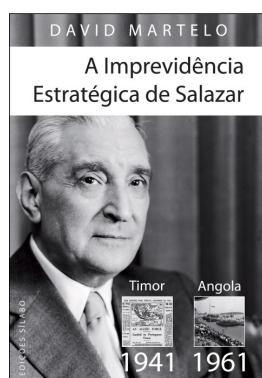
¹³ *Ibidem*.

¹⁴ *Ibidem*, p. 49.

A decisão que tomámos era a única possível, implicando, nomeadamente, que reconhecíamos que o Governo Português tinha o direito de protestar veementemente contra a atitude que tomámos. Pela nossa parte, lamentamos muito que tenha sido necessário tomar esta decisão, mas temos de encarar a realidade do contexto. **Tudo teria sido diferente se Portugal tivesse sido capaz de organizar uma defesa efectiva.** Devemos, certamente, estar dispostos a retirar em qualquer altura quando Portugal estiver em condições de defender adequadamente o seu território, e, retiraremos as nossas forças quando a situação o tornar possível.¹⁵

Se é certo que a passagem sublinhada faz todo o sentido em termos estratégicos, também o é, pelos mesmos motivos, que a violação do território de Timor tem tudo para se revelar uma acção gratuita. A força invasora, com um efectivo de cerca de 800 homens¹⁶, cometia uma violação baseada em pressupostos estratégicos aceitáveis, mas com um volume de forças proporcionalmente muito inferiores à importância que a operação deveria ter. Se a colónia estava anteriormente mal guarnecida, perante a hipótese de um desembarque japonês, mal guarnecida continuava com as reduzidas forças aliadas ali desembarcadas.

David Martelo – 2015



Leitura complementar

¹⁵ *Ibidem*, p. 55. Sublinhado nosso.

¹⁶ A força desembarcada era constituída por cerca de 450 tropas holandesas (na maioria nativos javaneses) e por cerca de 350 militares australianos, incluindo nestes números tropas de apoio de combate (1 bateria de artilharia de montanha) e de apoio de serviços. Estes efectivos são os que constam no *Relatório dos Acontecimentos de Timor (1942-1945)*, p. 138, da autoria do governador Ferreira de Carvalho. Todavia, consultando outras fontes, o valor total referido oscila entre 350 e 1.600 homens.